



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE  
CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2018.**

**Nº. 10/2018**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Faltou o Sr. Vereador Francisco José Caldeira Duarte.

**1. - ABERTURA:**

Achando-se presente o número legal para se constituir em reunião, foi a mesma declarada aberta pelo Sr. Presidente da Câmara, pelas 10,40 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º.- Contratação de empréstimo bancário – Apreciação e votação da minuta do contrato.
- 2º. - Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência, relativos ao exercício de 2017.
- 3º. - Apreciação e votação de proposta da 1ª.revisão a efetuar aos documentos previsionais de 2018.
- 4º.- Apreciação e votação do Inventário e Cadastro Patrimonial, reportado ao ano de 2017.
- 5º.- Apreciação e votação de proposta de atribuição de despesas de representação aos titulares de direção intermédia de 2º.grau que exercem funções na Câmara Municipal.

**1º.- Contratação de empréstimo bancário – Apreciação e votação da minuta do contrato.**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a proposta que foi enviada à Assembleia Municipal, a 8 de Fevereiro do corrente ano, sobre a necessidade de iniciarmos um processo de pedido de empréstimo bancário a médio e longo prazo, que mereceu a concordância daquele Órgão;

Considerando a proposta submetida à reunião ordinária de 1 de Março de 2018 da Câmara Municipal, onde foi dada sequência ao processo, tendo em vista lançar o procedimento, com a consulta a seis Instituições Bancárias.

Responderam ao convite, dentro do prazo estipulado, todas as entidades convidadas, (Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo), à exceção do Banco BIC, que não apresentou proposta e o Banco Millennium BCP, que ainda que tivesse enviado um email, por lapso não anexou a respetiva proposta, dentro do prazo estipulado, tendo remetido fora de prazo a proposta, motivo pelo qual foi excluído. O Novo Banco comunicou não existirem condições para apresentar uma proposta em moldes satisfatórios.

Considerando que, de entre todos os que apresentaram proposta, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo foi aquela que apresentou a melhor proposta, conforme informação técnica.

Considerando que está decorrido o período de audiência dos interessados, iniciado a 26 de Março de 2018, não tendo havido qualquer reclamação à informação técnica, que sustenta como melhor proposta a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Assim face ao exposto, proponho:

- a) A adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo a abertura de crédito até ao montante de 1.175.000,00€, para os seguintes investimentos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos:

Investimento	Montante
<b>Rede Viária:</b> EM 508 (Castro Verde – EN 2/Stª Bárbara de Padrões) e CM 1139 (Stª. Bárbara – EM 508/limite)	<b>300.000,00 €</b>
<b>Projetos inscritos no PPI e não participados</b> Ampliação do Cemitério; Remodelação de instalações elétricas do Estádio Municipal; Zona das Atividades Económicas e Rede de Águas de Castro Verde	<b>565.000,00 €</b>
<b>Projetos aprovados na operação PEDU</b> Regeneração Urbana de Castro Verde; Corredor Pedonal Na Rua Morais Sarmiento; Corredor Pedonal na Rua D. Afonso Henriques; Requalificação do espaço público no Eixo Largo Vitor Prazeres/Rua Dr. António F. Colaço; Requalificação do Centro Coordenador de Transportes; Parque Comunitário de Castro Verde – 2ª. fase e Centro de Viola Campaniça	<b>310.000,00 €</b>

- b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, enviado pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- c) Que seja autorizado pela Assembleia Municipal a contratação do empréstimo, ao abrigo do disposto no art.º 49º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Novo regime Financeiro das

Autarquias Locais, juntando-se em anexo o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António João Colaço, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

## **2º. - Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência, relativos ao exercício de 2017:**

Apresentou Sr Presidente o Relatório e Contas do Exercício relativos ao período que decorreu de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, para efeitos de discussão e votação, a fim de serem apresentados à Assembleia Municipal e posterior remessa ao Tribunal de Contas, conforme proposta que a seguir se transcreve, tendo prestado informação adicional relativamente à situação económico-financeira da Autarquia e dos resultados obtidos.

"Considerando que está concluído mais um exercício económico, relativo ao ano de 2017;

Considerando que com isso temos de apresentar a execução dos documentos previsionais (Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes e Orçamento), aprovados em finais de 2015;

Assim, face ao exposto, e ao abrigo do disposto nos art.ºs 33º/1-i) e 25º/2-l) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, proponho a aprovação do presente Relatório e Contas e que se submeta os mesmos para apreciação e votação da Assembleia Municipal."

Posto isto o Sr. Presidente da Câmara determinou que se passasse à votação do Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2017, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com a abstenção do Sr Vereador António João Colaço, ficando os mesmos documentos anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Mais deliberou a Câmara submeter os documentos ora aprovados à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea i) do nº. 1 do artigo 33º da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

## **3º. - Apreciação e votação de proposta da 1ª.revisão a efetuar aos documentos previsionais 2018:**

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a proposta da 1ª. revisão aos documentos previsionais do ano em curso, decorrente da necessidade de introduzir os saldos apurados na gerência do ano transato, assim como da necessidade de reforçar determinadas verbas conforme informação que prestou naquelas mais significativas, conforme proposta que a seguir se transcreve:

"Considerando a necessidade de se fazer uma revisão aos documentos previsionais do ano de 2018, para introdução do saldo da gerência de 2017 e que esta implica o reforço de algumas rubricas da parte da despesa.

Considerando que tal situação nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf dispõe o artº 33º/1 al. d) da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Formalmente proponho que a Câmara Municipal, de acordo com o preceito legislativo, aprove na próxima reunião, a revisão nº.1 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Gop's) e que posteriormente a submeta à Assembleia Municipal para aprovação deste órgão."

Posto isto, foi a proposta da 1ª. Revisão a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso submetida a votação, nominalmente, tendo sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António João Colaço, remetendo-a à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

#### **4º.- Apreciação e votação do Inventário e Cadastro Patrimonial, reportado ao ano de 2017:**

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

"Considerando que a Câmara Municipal tem de aprovar de acordo com o disposto no artº. 33º/1-i, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, referente ao ano de 2017, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. – Inventário, do anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adiante (POCAL), cujos documentos juntamos.

Considerando que devem os mesmos ser submetidos para apreciação da Assembleia Municipal, na sessão que se realiza no mês de Abril, nos termos do disposto nos artigos 25.º/2-I) e 27.º/2, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, face ao disposto, proponho a sua aprovação e posterior envio para apreciação da Assembleia Municipal."

Apreciada a proposta, assim como os respetivos documentos anexos, submeteu o Sr. Presidente os mesmos a votação, tendo a Câmara deliberado por unanimidade e nominalmente, a sua aprovação, e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto no na alínea i) do nº. 1 do artigo 33º Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Ficam anexos à presente ata os documentos ora aprovados, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

#### **5º.- Apreciação e votação de proposta de atribuição de despesas de representação aos titulares de direção intermédia de 2º. grau que exercem funções na Câmara Municipal:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"Considerando que a Assembleia Municipal em sessão realizada dia 28 de fevereiro de 2018, aprovou a Nova Estrutura Orgânica dos Serviços e a Câmara Municipal em reunião ordinária de 29 de março de 2018 criou as unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que os dirigentes intermédios de 2º grau (Chefe de Divisão), podem ser abonados de despesas de representação no montante de fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº.2 do artigo 31º da Lei nº. 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº.64/2011, de 22 de dezembro.



E ainda, de acordo com o nº. 2 do art.º 24º da Lei nº. 49/2012, de 29 de agosto, proponho a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau que exercem funções na Câmara Municipal de Castro Verde.

Considerando ainda que a atribuição deste abono é da competência da Assembleia Municipal, submeto a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal e posterior aprovação e sessão da Assembleia Municipal."

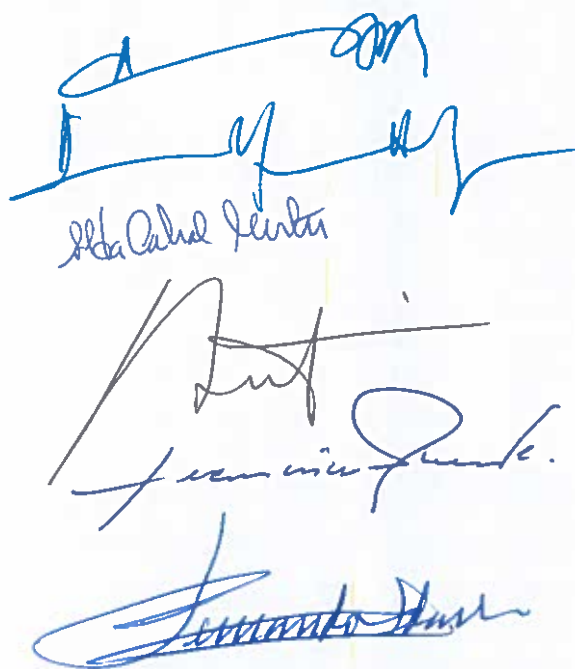
Apreciado o assunto, deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

#### **APROVAÇÃO EM MINUTA:**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade pela Câmara, para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

#### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,15 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº.2 do artigo 57º.da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.



*Fernando Colaço Sebastião*